

Dossiê Temático

Patrimônio, Diversidade Sexual e de Gênero e Poder:
interfaces, práticas e tensões contemporâneas

Fabiano Gontijo (org.)¹
Universidade Federal do Pará

Daniel Reis (org.)²
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

GONTIJO, Fabiano; REIS, Daniel. **Patrimônio, Diversidade Sexual e de Gênero e Poder: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (19): 11-16, janeiro a abril de 2022. ISSN: 2358-5587

¹ Doutor em Antropologia, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. Professor Titular da UFPA. Bolsista de Produtividade, Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² Doutor em Antropologia. Pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Professor do Metrado Profissional em Patrimônio Cultural do IPHAN.

Apresentação ao dossiê

Reconhece-se nitidamente o renovado interesse pelos estudos sobre os patrimônios culturais nos últimos anos – não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo. A emergência do patrimônio imaterial somada a novos olhares sobre monumentos, objetos, coleções, museus, arquivos e até mesmo o espaço urbano, assim como as reconfigurações de disputas por memórias, passados, narrativas históricas e inteligibilidades culturais vêm impulsionando toda uma gama de reflexões acadêmicas, pesquisas, debates, intervenções e políticas públicas que impactam de modo decisivo as formas de olhar, refletir e agir sobre esse campo. Também já é reconhecida a rápida consolidação e a forte dinâmica, no Brasil e alhures, do campo dos estudos de gênero, assim como daquele sobre a diversidade sexual, ao longo das últimas quatro décadas, com temas diversos, abordagens múltiplas, aportes teórico-metodológicos originais, revisões epistemológicas criativas e impactos políticos certos.

Mas, o que dizer sobre os entrelaçamentos das elaborações dos patrimônios culturais, das perspectivas de gênero e das experiências da diversidade sexual e das manifestações do poder que condicionam as relações sociais na base dessas elaborações, perspectivas e experiências?

Tem-se observado uma crescente produção acadêmica que se debruça sobre as conexões entre os discursos do patrimônio cultural, gênero, diversidade sexual e poder a partir, sobretudo, dos anos 1990. Apesar disso, nota-se um território ainda pouco mapeado por estas áreas de pesquisas – patrimônios, gênero e sexualidade. Percebe-se, no entanto, que as interfaces entre os patrimônios culturais e as questões relativas às expressões de gênero, às experiências da diversidade sexual e às relações de poder apresentam: por um lado, múltiplos mecanismos, dispositivos, tecnologias, instrumentos, estratégias e símbolos das práticas de poder da governamentalidade estatal que agem para manter as coesões morais nas bases das ordens sociais vigentes; e por outro, múltiplos saberes, discursos e práticas de resistência aos efeitos daquelas práticas de poder.

Os patrimônios culturais estão intimamente ligados a questões de gênero, razão pela qual observar suas respectivas intersecções constitui-se num caminho estratégico para novas modalidades de percepção, reconhecimento e luta por passados, memórias, modalidades de pertencimento, imagens identitárias e formas culturais. Os discursos sobre patrimônios culturais podem ser pensados enquanto formas de ação no mundo: entre a perspectiva mais formal e regulada por agências dedicadas ao assunto, até a dimensão mais íntima do sujeito que percebe e o aciona para reivindicar memórias e culturas existe um emaranhado de significados, tensões e formas de se pensar, definir e identificar patrimônios.

Os processos de patrimonialização e de musealização são considerados, nesse dossiê, como espaços-tempo em que são formuladas e reformuladas culturalmente, negociadas e renegociadas socialmente, editadas e reeditadas simbolicamente e tensionadas e retensionadas politicamente as múltiplas formas de pertencimento, as mais variadas demonstrações identitárias e as mais originais elaborações narrativas, entrecruzando os eixos da identidade (indivíduo *versus* coletividade) e da alteridade (mesmo *versus* outros). A maneira como determinados

saberes, celebrações, monumentos, objetos, ritos cívicos, coleções, arquivos, entre outros, são performados, constituídos e/ou instituídos, acionando a categoria patrimônio cultural e os museus, portanto, não é apenas um mecanismo de reprodução da vida social por meio da repetição e da materialização, mas poderia ser ainda um conjunto de dispositivos acionados para produzir reflexões críticas acerca dos arbitrários culturais sobre os quais se assenta a ordem social e as coesões morais que a sustentam e, assim, silenciar e/ou denunciar, os efeitos de poder subjacentes aos discursos e práticas sociais.

Os estudos sobre as intersecções entre os patrimônios culturais, os museus e as questões de gênero e diversidade sexual ocupam ainda um espaço liminar dentro desta discussão. Isso tem nos levado a pensar, afinal, sobre os limites e certa naturalização de uma suposta visão ampliada de patrimônio, mas que ainda tem muito o que avançar quando se trata dos passados, identidades, memórias, narrativas e culturas de grupos, coletivos e movimentos sociais como, por exemplo, os de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneras, travestis, intersexuais e tantas outras possibilidades dissidentes.

O dossiê *Patrimônio, Diversidade Sexual e de Gênero e Poder: interfaces, práticas e tensões contemporâneas* surgiu de nossas inquietações em relação ao lugar ainda liminar que ocupam as intersecções entre os estudos sobre patrimônio cultural e de gênero e diversidade sexual. Trata-se de uma provocação para fomentar o debate sobre essa interface de temas mobilizados por algumas questões, quais sejam: qual é o panorama atual dos estudos sobre as expressões de gênero e/ou as experiências da diversidade sexual nos contextos de produção cultural, situações ritualizadas, festividades ou processos de patrimonialização e musealização? Que expressões, conflitos, tensões, silenciamentos e resistências perpassam esses campos em suas interações? Como essas questões impactam a reflexão sobre coleções, museus e fundos arquivísticos no mundo atual? O que esse olhar pode nos oferecer como possibilidades de visualizar a produção de sujeitos e instituições no mundo contemporâneo?

Os artigos que compõem o dossiê, organizado por dois antropólogos – um docente da Universidade Federal do Pará e o outro, pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, contribuem para nos direcionar para possíveis caminhos que esboçam respostas às perguntas acima. Um fio condutor que une os artigos e as trajetórias profissionais dos organizadores do dossiê é a inquietação em produzir reflexões sobre as representações de patrimônio que circulam e que tensões e atores sociais mobilizam quando acionadas em relação às questões de gênero, diversidade sexual e poder.

No artigo intitulado “Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial”, Hugo Menezes Neto, professor adjunto do Departamento de Antropologia e Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Thiago Barcelos Soliva, professor adjunto do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial do Campus Paulo Freire da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), partem das dificuldades que o debate patrimonial e o campo museal têm para inserir em suas pautas o que chamam de “patrimônios LGBTQIA+”. O texto aborda as “iniciativas exemplares, trilhadas por sujeitos e instituições” que, com o apoio da linguagem dos direitos humanos e da cidadania patrimonial, buscam dar materialidade aos patrimônios de pessoas lésbicas, gays, bissexuais,

transsexuais, transgêneras e outras possibilidades dissidentes. O texto é de suma importância para incrementar as discussões sobre as lacunas e ausências nos estudos sobre patrimônios culturais e museus no Brasil e chama a atenção quanto à urgente necessidade de se criar dispositivos para a politização dos discursos sobre os patrimônios LGBTQIA+.

Também no âmbito das reflexões sobre os “patrimônios LGBTQIA+”, Daniel Reis, pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) – órgão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, e professor do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, analisa minuciosamente, em seu artigo intitulado “Patrimônio como Recurso: disputas em torno da patrimonialização do concurso de Miss Brasil Gay”, o processo que desembocou no reconhecimento do concurso Miss Brasil Gay como patrimônio do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, no final da década de 2000. Além das tensões políticas sobre as memórias e direitos culturais envolvendo diversos atores públicos durante o processo de patrimonialização, as tensões continuaram ao longo da década de 2010, demonstrando o quanto o patrimônio é um recurso de ação social – cultural, claro, mas também econômico e, sobretudo, político, sempre em disputa.

Não mais no âmbito dos patrimônios específicos de pessoas e coletivos LGBTQIA+, mas sobre pessoas e coletivos LGBTQIA+ representados (ou não) nos patrimônios nacionais, o artigo de Fabiano Gontijo, professor titular da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulado “Discursividades Nacionais, Processos de Musealização e Diversidade Sexual e de Gênero: a “excepcionalidade” na/da Costa Rica”, tem o intuito de esboçar algumas reflexões sobre as relações entre a construção de ideologias nacionais, os processos de musealização e a crítica à heteronormatividade, ao analisar a “excepcionalidade” do Museu Nacional da Costa Rica, na América Central. Nesse museu, painéis, vídeos e imagens integrantes da última sala da história do país retratam os direitos conquistados ali por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneras e outras possibilidades dissidentes. Com o isso, o artigo contribui para aguçar a reflexão sobre os modos de denunciar os mecanismos, dispositivos, tecnologias, estratégias e símbolos que naturalizam o binarismo de gênero, o dimorfismo sexual e a heterossexualidade compulsória (e também hierarquias raciais, opressões de classe, extremismos religiosos, etc), por meio dos museus nacionais. No caso da Costa Rica, aponta-se para outras perspectivas de olhar a construção de narrativas nacionais ao incluir a diversidade sexual e de gênero em seu discurso expográfico, donde o caráter “excepcional”, quando comparado com outras realidades patrimoniais nacionais pelo mundo afora.

Em “A Generificação do Pão de Açúcar: a simbologia do ‘patrimônio natural’ como projeto político”, Ana Paula Garcia Boscatti, professora substituta da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) no Campus Araguaia, discorre sobre a maneira como as dimensões de gênero, sexualidade e raça operam sobre a dimensão da “natureza” na elaboração de subjetividades relacionadas ao reconhecimento do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, como patrimônio. Com perspicácia e sensibilidade, a autora aponta caminhos instigantes “na direção da problematização da relação histórica entre o Complexo do Pão de Açúcar e expressões de gênero”, tendo como pano de fundo os contextos políticos, a mercantilização e a turistificação da cidade sexualizada, a elaboração do “corpo da mulher carioca como um modelo regulador de raça, sexualidade, gênero e classe” e a expansão do regime político da heterossexualidade, em particular durante a ditadura

militar das décadas de 1960 a 1980, em meio ao processo de construção de paisagens culturais patrimonializadas. Assim, percebe-se o quanto discursos nacionais foram construídos e são mantidos, no Brasil, associando-se a sentidos de paisagem, patrimônio, corpo e gênero.

Dando continuidade às discussões sobre as relações entre o Estado, os processos de patrimonialização e as políticas públicas de reconhecimento cultural, Daniel Paiva de Macêdo Júnior, doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em seu artigo intitulado “Das Tradições Corporeificadas às Demarcações do Estado: colonialidades na política de mestres da cultura no Ceará”, trata com bastante rigor do manejo e do desígnio do que é entendido por cultura digna de incentivo e de conferência patrimonial, a partir da análise das colonialidades do poder, do ser, do saber, do tempo e do espaço relacionadas à regulamentação da política de reconhecimento de mestras e mestres da cultura no Ceará. O autor se debruça sobre as normativas desta política de reconhecimento e distinção enquanto “Tesouros Vivos” buscando identificar as estratégias e mecanismos arbitrários de construção e atribuição de valores, seleção e exclusão implícitos nessas políticas e no quanto acabam por contribuir para a afirmação de colonialidades. Suas reflexões trazem importantes elementos para incrementar a discussão em voga sobre o papel de tais políticas, as concepções que modulam e seus impactos nos modos de vida daqueles/as a que se dirigem.

Também no Nordeste, João Victor Gomes Varjão, doutorando em Antropologia na Universidade de São Paulo (USP), por sua vez, em seu artigo intitulado “O ‘João Gilberto’ no Campo do Patrimônio Cultural: sexualidade, gênero e cor/raça nos bastidores do teatro em Juazeiro da Bahia”, mostra como o principal espaço artístico em funcionamento na cidade de Juazeiro, na Bahia, o Centro Cultural João Gilberto, vem servindo, desde sua criação na segunda metade da década de 1980, como um importante local de sociabilidade de artistas. O autor busca relacionar processos de patrimonialização com a produção social de territorialidades. Sua análise envereda pelas memórias constituídas nas sociabilidades de pessoas LGBTQIA+ ligadas ao teatro na referida cidade e os atravessamentos de marcadores sociais de diferenças como sexualidade, gênero, cor/raça e território na produção de experiências, subjetividades e identidades.

O dossiê se encerra com dois artigos que nos levam à reflexão sobre processos de deslocamento permeados pelas tensões entre indivíduo/grupo associadas a questões de gênero e diversidade sexual. Em “Arte e Política à Revelia do Patrimônio: fagulhas de uma cartografia (fugidia) das manadas de dissidentes sexuais e desobedientes de gênero do Brasil”, o aporte teórico, poético e político de uma “ciência social minoritária”, o pensamento negro-travesti radical e a filosofia da diferença são as bases para que Kevin Gomes, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), denuncie a maneira como o sexo/gênero moderno/colonial teria se tornado “um circuito de afeto que reduz a subjetividade à experiência do sujeito identitário”. A partir desse entendimento, em seu texto ensaístico, o autor se propôs em avaliar os limites da tentativa de captura representacional e da política patrimonialista e as estratégias poético-políticas das “manadas de dissidentes sexuais e desobedientes de gênero” para fugir de toda e qualquer captura.

Já Maiara Damasceno da Silva Santana, etnóloga pesquisadora temporária da Fundação Oswaldo Cruz e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em seu artigo marcado pela originalidade da temática e a criatividade da abordagem, intitulado “A Dinâmica do Parentesco Kariri-Xocó e a Força do Ritual nas

Experiências da Mobilidade de Jovens ‘Gueis’”, discorre sobre os “processos de recriação e negociação do parentesco” de jovens indígenas da etnia *Kariri-Xocó* auto-identificados como “gueis” a partir de seus constantes descolamentos entre a cidade e a aldeia. Conjugando a categoria patrimônio imaterial com marcadores sociais de diferença, a autora apresenta os dilemas que essas pessoas indígenas enfrentam entre o subterfúgio da ida para os centros urbanos como estratégia de escapar das tensões e conflitos em torno da sua sexualidade e o permanente desejo de retorno para a aldeia justificado pela força do Ouricuri, um ritual que sacraliza os vínculos relacionais da vida social na aldeia.

Com as discussões levantadas por cada um desses textos particularmente (quais sejam, as relações entre as categorias de patrimônio e o campo museal com as expressões dissidentes da diversidade sexual e de gênero, as sociabilidades artísticas interioranas, a sexualização racializada das elaborações discursivas da identidade nacional, os processos políticos de mercantilização das sexualidades, a visibilização de patrimônios LGBTQIA+ e sua inserção em lógicas museais, dentre outras) e com a temática norteadora do conjunto deles em geral (as tensões e disputas políticas em torno das categorias do patrimônio e do campo museal quando relacionadas ao gênero e à diversidade sexual), espera-se ter estimulado a produção de novas pesquisas e debates, a realização de cursos e atividades acadêmicas, a organização de eventos científicos e de publicações, a sensibilização de movimentos políticos e a elaboração de diretrizes de ação, dentre outras práticas que busquem dar a devida centralidade às relações entre patrimônios, museus, gênero e sexualidade.

Boas leituras!